

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: O PAPEL DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS E A IMPORTÂNCIA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

PSYCHIATRIC DEINSTITUTIONALIZATION IN BRAZIL: THE ROLE OF THERAPEUTIC RESIDENCES AND THE IMPORTANCE OF THE FAMILY HEALTH STRATEGY

Lays Costa Silva¹

Resumo: A Reforma Psiquiátrica Brasileira é um movimento que busca transformar o modelo de atenção em saúde mental, promovendo a desinstitucionalização e a inserção social das pessoas com transtornos mentais. Nesse contexto, as Residências Terapêuticas representam uma alternativa à institucionalização psiquiátrica, oferecendo suporte residencial para indivíduos que enfrentam esses transtornos e necessitam de apoio familiar ou comunitário, visando sua reintegração social. O presente relato de experiência busca, portanto, compartilhar a vivência de uma equipe da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro-RJ após um ano de acompanhamento dos moradores de uma Residência Terapêutica.

Palavras-chave: “Serviço Residencial Terapêutico em Saúde Mental”, “Reforma dos Serviços de Saúde”, “Desinstitucionalização”, “Reabilitação Psiquiátrica” e “Atenção Primária à Saúde”.

Abstract: The Brazilian Psychiatric Reform is a movement that seeks to transform the mental

¹ Médica de família e comunidade, mestra em saúde da família e doutoranda em saúde coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



health care model, promoting the deinstitutionalization and social inclusion of people with mental disorders. In this context, Therapeutic Residences represent an alternative to psychiatric institutionalization, offering residential support for individuals who face these disorders and need family or community support, aiming for their social reintegration. This experience report seeks, therefore, to share the experience of a team from the Family Health Strategy in the city of Rio de Janeiro-RJ after one year of monitoring residents of a Therapeutic Residence.

Keywords: “Therapeutic Residential Service in Mental Health”, “Health Services Reform”, “Deinstitutionalization”, “Psychiatric Rehabilitation” and “Primary Health Care”.

Contextualização

As ações de desinstitucionalização no Brasil precisaram articular uma proposta às pessoas com quadros de transtornos mentais que encontravam-se inelegíveis à internação psiquiátrica, mas sem suporte familiar ou de qualquer outra natureza que pudessem garantir a inserção social desses indivíduos. Para tanto, com base nos diálogos da II Conferência Nacional de Saúde Mental (em 1992) e, após algumas experiências exitosas na década de 90, subsídios foram gerados para a elaboração da Portaria n.º 106/2000, do Ministério da Saúde (MS), que introduz o Serviço Residencial Terapêutico (SRT) (ou Residência Terapêutica - RT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de assegurar o auxílio àquelas pessoas, que antes encontravam-se institucionalizadas em unidades psiquiátricas, em seu processo (às vezes complexo) de reintegração à sociedade (Brasil, 2000).

As RTs constituem-se, portanto, uma alternativa à institucionalização e são uma ferramenta para as pessoas que não contam com suporte adequado na comunidade para garantir espaço adequado de moradia, como familiares e amigos, o que ocorre, não raramente, após anos de internação em hospitais psiquiátricos (Brasil, 2003; Castro et al, 2021). Dentre os estados que possuem RT, o estado do Rio de Janeiro encontra-se com o maior número, sendo a capital com um total de 100 unidades



mantidas pela prefeitura, que abrigam cerca de quase 600 pessoas no ano de 2024 (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2024).

Objetivo

Compartilhar a experiência de uma equipe da Estratégia de Saúde da Família no município do Rio de Janeiro-RJ após um ano de acompanhamento aos moradores de uma Residência Terapêutica: Desafios e Aprendizados.

Relato de experiência

As RTs tratam-se de casas localizadas no espaço urbano, sem vínculo físico com unidades hospitalares, planejadas para responder às necessidades de moradia de seus habitantes e constituem o início do processo de reabilitação psicossocial dos seus usuários (Brasil, 2004). As RTs devem ser acompanhadas pelos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou ambulatórios especializados em saúde mental e ainda, se possível, pela equipe de saúde da família (eSF) responsável pelo território da moradia. É importante estabelecer uma relação colaborativa com o CAPS e a eSF e definição de papéis e responsabilidades de cada equipe.

Em meio ao desafio e à complexidade dos transtornos mentais, uma equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município do Rio de Janeiro-RJ tem acompanhado os moradores de uma residência terapêutica há um ano. A casa conta com seis moradores que enfrentam diferentes transtornos de saúde mental, como esquizofrenia e retardo mental. Durante esse período, foram realizadas visitas domiciliares e atendimentos na própria unidade de saúde. Para além das questões de saúde mental, foram abordadas questões clínicas, como o manejo de diabetes e a busca ativa das mulheres para realização do exame preventivo. Nesse período tem-se buscado a promoção de cuidado integrado com diversos desafios e aprendizados inestimáveis à equipe da ESF.



A rotina de visitas domiciliares regulares permite o conhecimento da equipe sobre o ambiente e as necessidades de cada morador e estabelece um vínculo significativo, necessário para o segmento longitudinal. Os atendimentos na unidade de saúde, por sua vez, são utilizados como uma ferramenta para contribuir na socialização dos moradores para que possam se expressar na comunidade e buscar suporte em saúde tal como os demais usuários da ESF. O papel da APS engloba a prevenção de doenças e destacamos a participação das mulheres da RT na campanha do Outubro Rosa, onde realizaram o exame de colpocitologia oncótica (preventivo) pela primeira vez e esse processo revelou um achado clínico significativo e possibilitou o acompanhamento necessário para a saúde de uma dessas mulheres.

Por outro lado, há desafios a serem destacados, como: a falha inicial da comunicação entre a eSF e o CAPS responsável sobre seus papéis; a inexperiência da eSF com essa proposta de cuidado; e a rotatividade dos profissionais técnicos da RT. Esforços contínuos de todos os profissionais são fundamentais para a consolidação da RT.

Aprendizados e Análise Crítica

A moradia é um direito constitucional de todo cidadão brasileiro e não seria diferente com aqueles portadores de transtornos mentais (Brasil, 1988). Nesse sentido, as RT não são precisamente ou somente serviços de saúde, mas espaços de morar, de viver, articulados à rede de atenção psicossocial de cada município.

Cabe, portanto, à APS, sobretudo a eSF, compreender o seu papel no âmbito dos cuidados em saúde mental dos moradores da RT. Com a integralidade e a longitudinalidade como atributos essenciais, a APS tem a responsabilidade de fornecer um acompanhamento abrangente e contínuo, promovendo o bem-estar físico e emocional dos indivíduos, assim como a promoção de saúde e prevenção de doenças.

A inexperiência da equipe e os desafios enfrentados neste primeiro ano de contato foram o



fomento necessário para a revisão do seu papel e formulação de estratégias mais assertivas. Através do estabelecimento de vínculos sólidos ao longo do tempo, a equipe pode compreender melhor as necessidades individuais e oferecer suporte personalizado, visando à recuperação e autonomia dos moradores.

Considerações finais

Nos últimos anos, a Secretaria Municipal do Rio de Janeiro progrediu significativamente no processo de desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos, introduzindo a rede de assistência dos CAPS e dos SRT como um novo modelo de cuidado, e culminando no fechamento dos últimos dois grandes hospitais psiquiátricos da cidade, em conformidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023).

É importante ressaltar que apesar dos progressos na desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos no Brasil, ainda há um significativo atraso histórico que precisa ser superado, visto que, enquanto nos EUA e em países da Europa esse movimento teve início já na década de 1950 por meio de reformas psiquiátricas (Soares e Silva, 2019), a implementação nacional tornou-se uma realidade formal do SUS apenas nos anos 2000, o que reflete necessidade de discussão e relevância do tema.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde (2000). Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 39-E, Seção 1, pág. 23, 24 de fevereiro de 2000.



Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Serviços de Informações do Brasil. Investimento em Saúde Mental cresceu quase 200%. Disponível em: <[CASTRO, R. U.; VIEIRA, L. R.; SANTOS, I. D. C.; MOREIRA, A. L. D.; OLIVEIRA, N. D.; DYTZ, R.A. B. M.; PAGNUSSAT, I.; SERAFIM, L. N. M. A importância da Residência Terapêutica no cuidado do paciente psiquiátrico sem vínculos familiares: relato de caso e revisão da literatura. Brasília Med. Vol. 58; 2021.](https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/investimento-em-saude-mental-cresceu-quase-200#:~:text=Atualmente%2C%20686%20Servi%C3%A7os%20Residenciais%20Terap%C3%AAuticos%20prestam%20atendimentos%20no%20pa%C3%ADs.>Acesso em 20 mai 2023.</p></div><div data-bbox=)

Residências terapêuticas: vida nova com liberdade e cidadania. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <[SOARES, L. M. L.; SILVA, P. R. F. Serviços Residenciais Terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro: uma análise da estrutura e do processo de cuidado. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v.43, esp. 7, p. 102-113, dez, 2019.](https://prefeitura.rio/saude/residencias-terapeuticas-vida-nova-com-liberdade-e-cidadania/#:~:text=A%20Secretaria%20Municipal%20de%20Sa%C3%BAde,580%20ex%2Dinternos%20de%20hosp%C3%ADcios.>. Acesso em 27 mai 2024.</p></div><div data-bbox=)

Saúde promove ações para marcar o Dia da Luta Antimanicomial. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <[---

ISSN: 2763-5724 / Vol. 04 - n 03 - ano 2024](https://prefeitura.rio/saude/saude-promove-acoes-para-marcas-o-dia-da-luta-antimanicomial/#:~:text=Sa%C3%BAde%20promove%20a%C3%A7%C3%B5es%20para%20marcar%20o%20Dia%20da%20Luta%20Antimanicomial,-Publicado%20em%202016&text=Dando%20in%C3%ADcio%20%C3%A0%20programa%C3%A7%C3%A3o%20e,Cinel%C3%A2ndia%20pela%20humaniza%C3%A7%C3%A3o%20do%20tratamento.>. Acesso em 26 mai 2024.</p></div><div data-bbox=)

